

DEBATE DE CENÁRIOS SOBRE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES EM BANCOS BRASILEIROS

DEBATE OF SCENARIOS ON PROVISIONS AND CONTINGENT LIABILITIES
IN BRAZILIAN BANKS

Recebido em: 23.2.2022
Aprovado em: 18.9.2023

Ligia Carnicelli Carvalho Oliveira

Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Ceará.

Analista de Relacionamento do Banco do Nordeste do Brasil.

E-mail: ligiacarnicelli90@gmail.com

Carlos Adriano Santos Gomes Gordiano

Doutor em Educação Brasileira com ênfase em Avaliação Institucional pela Universidade Federal do

Ceará (UFC), mestre em Contabilidade pela Fundação Visconde de Cairu e bacharel em Ciências

Contábeis pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Docente do Programa de Pós-Graduação em

Administração e Controladoria Profissional da UFC.

E-mail: adrianogordiano@ufc.br

DEBATE DE CENÁRIOS SOBRE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES EM BANCOS BRASILEIROS

Marilene Feitosa Soares

Doutora em Contabilidade pela Universidade do Minho (Portugal) e Universidade de Aveiro (Portugal), mestre em Controladoria pela Universidade Federal do Ceará. Docente do Departamento de Contabilidade da Universidade Federal do Ceará (UFC).

E-mail: marilene.feitosa@ufc.br

Danival Sousa Cavalcante

Doutor e Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará. Docente do Departamento de Contabilidade da Universidade Federal do Ceará.

E-mail: danival@ufc.br

RESUMO

O objetivo da pesquisa é analisar os possíveis efeitos econômicos da reconfiguração dos passivos contingentes judiciais em provisões nas instituições financeiras listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3). A amostra foi composta por 23 empresas do setor bancário, listadas na B3 e foram analisados os demonstrativos financeiros do ano de 2019. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, qualitativa e documental. Como modelo de reconfiguração dos passivos contingentes para provisão, foi utilizada uma adaptação da abordagem com reclassificação de percentuais desenvolvida por Rosa (2014), com a probabilidade de reversão em provisão em cinco cenários: muito otimista, parcialmente otimista, moderado, parcialmente pessimista e muito pessimista. Para representar o desempenho econômico, foram observados os efeitos no lucro líquido das empresas e nos indicadores: *return on equity* (ROE), *return on investment* (ROI), solvência e endividamento geral. Os resultados evidenciam que, para os cenários com maior percentual de reconfiguração dos passivos contingentes em provisão, é percebido um efeito significativo no lucro líquido e entre os indicadores de rentabilidade calculados, em comparação com os dados originais. Para os indicadores de solvência e endividamento, as variações observadas foram discretas. Observou-se também que os passivos contingentes divulgados são quase em sua totalidade relacionados a processos fiscais, cíveis e trabalhistas.

PALAVRAS-CHAVE

Passivos contingentes. Provisões. Instituições financeiras.

LIGIA CARNICELLI CARVALHO OLIVEIRA, CARLOS ADRIANO SANTOS GOMES GORDIANO,
MARILENE FEITOSA SOARES E DANIVAL SOUSA CAVALCANTE

ABSTRACT

The objective of the research is to analyze the possible economic effects of reconfiguring judicial contingent liabilities into provisions in financial institutions listed on Brasil, Bolsa, Balcão (B3). The sample was made up of 23 companies in the banking sector, listed on B3 and their financial statements for the year 2019 were analyzed. The research is characterized as descriptive, qualitative, and documentary. As a model for reconfiguring contingent liabilities for provision, an adaptation of the percentage reclassification approach developed by Rosa (2014) was used, with the probability of reversal in provision in five scenarios: very optimistic, partially optimistic, moderate, partially pessimistic, and very pessimistic. To represent economic performance, the effects on companies' net profit and indicators were observed: return on equity (ROE), return on investment (ROI), solvency, and general debt. The results show that, for scenarios with a higher percentage of reconfiguration of contingent liabilities in provision, a significant effect is perceived on net profit and among the profitability indicators calculated in comparison with the original data. For the solvency and debt indicators, the variations observed were slight. It was also observed that the contingent liabilities disclosed are almost entirely related to tax, civil, and labor proceedings.

KEYWORDS

Contingent liabilities. Provisions. Financial institution.

INTRODUÇÃO

Podendo ser considerado um gargalo de perdas financeiras fora do controle direto das empresas e levando em conta o grande e crescente volume de processos judiciais, a evidência dos passivos contingentes judiciais ganha destaque nas notas explicativas em diversas companhias. Por sua vez, a conversão de passivos contingentes em provisões provoca efeitos nas demonstrações contábeis, com o reconhecimento de passivos exigíveis e representando, em certos casos, um risco ao adimplemento de obrigações ou demonstrando insuficiência de recursos, com possíveis reflexos nas atividades da empresa.

DEBATE DE CENÁRIOS SOBRE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES EM BANCOS BRASILEIROS

As demonstrações financeiras representam a materialização da atividade contábil, fornecendo informações úteis para a tomada de decisões econômicas e avaliações por parte de seus destinatários, sendo ferramentas que auxiliam o processo de tomada de decisão.

Poeta (2012) destaca que, por serem complexas e terem representatividade sobre as perspectivas de futuro das empresas, as contingências passivas requerem atenção e conhecimento sobre sua aplicação, pois uma interpretação equivocada sobre elas pode levar a alterações nos resultados da entidade, afetando seus investidores. De modo análogo, Rosa (2014) e Aharony e Dotan (2004) reforçam que as interpretações errôneas sobre os passivos contingentes têm como resultado demonstrações financeiras que não refletem com fidedignidade a realidade da entidade, o que pode comprometer a tomada de decisão dos investidores sobre a saúde financeira das empresas.

Possivelmente, uma maior dificuldade na distinção de um evento quanto à sua característica de contingência ou exigibilidade representa maior risco no processo de melhor julgamento apregoado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em seus diversos normativos no tocante aos passivos contingentes e às provisões.

A presente pesquisa se debruça sobre um melhor entendimento dos efeitos da dinâmica dos passivos contingentes e das provisões nas demonstrações contábeis e na ótica da saúde financeira das empresas do segmento bancário negociadas no Brasil, Bolsa e Balcão (B3), diante do grande volume de recursos representados pelas contingências judiciais e da sua imprevisibilidade, em um cenário bastante regulamentado, como é o dos bancos, que foi selecionado neste estudo, em razão de sua grande representatividade da bolsa brasileira (B3), compondo o setor considerado o mais lucrativo em 2019 (suas 23 instituições lucraram R\$ 91,3 bilhões) e, no *ranking* das dez empresas mais lucrativas do país, no ano de 2019, quatro delas eram bancos (InfoMoney, 2020).

Uma vez que contingências passivas podem ensejar o risco de consideráveis perdas financeiras às empresas (Aharony & Doatn, 2004; Cohen et al., 2011, Fonteles et al., 2013), busca-se também contribuir para o incentivo de uma análise mais criteriosa na classificação dos riscos dos processos judiciais e administrativos, culminando em informações mais confiáveis e próximas à realidade.

LIGIA CARNICELLI CARVALHO OLIVEIRA, CARLOS ADRIANO SANTOS GOMES GORDIANO,
MARILENE FEITOSA SOARES E DANIVAL SOUSA CAVALCANTE

Perante o exposto, a questão de pesquisa que o presente estudo busca responder é: Quais são os possíveis efeitos econômicos na reconfiguração dos passivos contingentes judiciais em provisões nas instituições financeiras listadas na B3?

Este estudo tem como objetivo geral analisar os possíveis efeitos econômicos da reconfiguração dos passivos contingentes judiciais em provisões nas instituições financeiras listadas na B3 levando em consideração o exercício de 2019. Os objetivos específicos são: i) diferenciar passivos contingentes e provisões; ii) identificar os passivos contingentes divulgados relacionados às causas judiciais nas demonstrações financeiras de 2019 das empresas do segmento bancário listadas na B3; e iii) destacar os riscos relacionados às contingências passivas para as instituições analisadas.

Uma vez que a divulgação dos passivos contingentes extrapola a esfera do interesse apenas acadêmico nas questões relacionadas à influência das provisões e contingências passivas nos resultados das companhias, mas também, e especialmente, dos *stakeholders*, que primam pela continuidade das empresas (Darabi & Faghani, 2012; Fonteles et al., 2013; Pinto et al., 2014), justifica-se a necessidade de conhecer os riscos a que essas estão submetidas e os efeitos que podem provocar nas demonstrações contábeis para que possam tomar melhores decisões na hora de se relacionar com as instituições. Carmo et al. (2018) e Nascimento e Arruda (2019) reforçam a relevância da divulgação dos passivos contingentes para o mercado de capitais, pois essa evidenciação demonstra como as empresas lidam com os potenciais riscos ligados à sua atividade.

Nesta contextualização, constata-se que é imprescindível observar como a alteração dos passivos contingentes em razão da mudança da probabilidade de perda dos processos pode influenciar os resultados das empresas. A contribuição do estudo para a classe contábil se faz evidente ao se analisar o cenário do país. Os bancos têm sido um dos setores que mais lucra, portanto, a Contabilidade se torna essencial no acompanhamento do tratamento que está sendo dado ao patrimônio dessas instituições, podendo, inclusive, servir como forma de demonstrar o risco a que o setor está exposto e os possíveis impactos econômicos presentes nos passivos contingentes.

DEBATE DE CENÁRIOS SOBRE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES EM BANCOS BRASILEIROS

Destaca-se também que foram observadas várias pesquisas que buscaram avaliar os efeitos do reconhecimento dos passivos contingentes, contudo, nenhuma delas observou diretamente o setor bancário, sendo esse um aspecto diferencial desta pesquisa.

O estudo está estruturado em cinco seções. A primeira seção, introdução, trata do contexto do estudo e da apresentação dos objetivos. A segunda seção, referencial teórico, evidencia o embasamento da pesquisa e estudos anteriores. A terceira seção, metodologia, trata dos métodos e técnicas utilizados no estudo. A quarta seção, análise dos resultados, demonstra as inferências obtidas através da utilização das hipóteses de reconfiguração. A quinta seção, conclusão, resume os principais resultados da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Passivos contingentes versus provisões

O CPC 25, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, em correlação à Norma Internacional de Contabilidade (International Accounting Standard [IAS]) 37, define provisão como “um passivo de prazo ou de valor incertos” e, na sequência, indica que “passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos” (CPC, 2009).

O termo passivo contingente é retratado como um tipo de passivo que se relaciona a:

a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou b) se dá em virtude de uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque ou não é provável que implique em uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade (CPC, 2009).

LIGIA CARNICELLI CARVALHO OLIVEIRA, CARLOS ADRIANO SANTOS GOMES GORDIANO,
MARILENE FEITOSA SOARES E DANIVAL SOUSA CAVALCANTE

Assim, pode-se observar que, em sentido geral, todas as provisões são passivos contingentes porque são incertas quanto ao seu prazo ou valor, contudo, as provisões diferenciam-se dos passivos contingentes quanto à incerteza sobre os prazos ou os valores que serão desembolsados ou exigidos para sua liquidação. Conforme Niyama e Silva (2013), é importante ressaltar a existência de distinção entre a provisão e o passivo contingente, pois a provisão é um passivo incerto em relação à quantia ou à data de vencimento e o passivo contingente é um passivo que será confirmado por um evento posterior.

Conforme Kietzmann (2017), o CPC determina a avaliação de probabilidade tanto da efetiva existência de uma obrigação presente na data de fechamento das demonstrações quanto da saída de recursos para liquidar referida obrigação. Segundo a probabilidade de saída de recursos, Gelbcke et al. (2018) indicam que as obrigações presentes tratadas devem ser avaliadas e classificadas em (a) provável, (b) possível, ou (c) remota, sendo, respectivamente, (a) uma provisão, (b) um passivo contingente que deverá ser divulgado em notas explicativas e (c) um passivo contingente não divulgado. Tais conceitos podem ser simplificados conforme se observa no Quadro 1.

QUADRO 1 – Classificação de risco, definição de probabilidade e tratamento contábil dos passivos contingentes

Probabilidade de ocorrência	Definição de probabilidade	Tratamento
Provável	Mais chance de ocorrer do que de não ocorrer.	Se mensurável com suficiente segurança, a provisão é reconhecida e deve ser divulgada nas demonstrações contábeis.
Possível	Mais chance de não ocorrer do que de ocorrer.	Nenhuma provisão é reconhecida, porém o passivo contingente deve ser divulgado em notas explicativas.
Remoto	Pequena chance de ocorrer.	Nenhuma provisão é reconhecida e nada deverá ser divulgado.

Fonte: Adaptado de Kietzmann (2017) e de Gelbcke et al. (2018).

Alguns exemplos típicos que podem gerar o reconhecimento de provisões, como destacam Gelbcke et al. (2018), são os seguintes: provisão para garantias de produtos,

DEBATE DE CENÁRIOS SOBRE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES EM BANCOS BRASILEIROS

mercadorias e serviços; provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis; provisão para reestruturação; provisão para danos ambientais causados pela entidade; e provisão para obrigação de restituição, desde que a saída de recursos seja julgada provável e baseada em estimativa confiável. Evidentemente, essas situações não são exaustivas e podem variar de acordo com a atividade-fim de cada organização.

Uma vez que a incerteza é uma das características dos passivos contingentes, estes devem ser regularmente verificados. Oliveira et al. (2020) e Nascimento e Arruda (2019) destacam que as estimativas devem levar em conta os riscos e as incertezas que estão invariavelmente ligados aos eventos. O risco descreve a variabilidade de desfechos, de modo que o desfecho a ser considerado deve ser o mais provável.

Devendo as provisões serem reavaliadas e ajustadas a cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente, Gelbcke et al. (2018) acrescentam que os passivos contingentes devem ser avaliados de forma periódica, pois uma saída de recursos pode “inesperadamente” se tornar provável, uma vez que se relacionam à ocorrência ou não de evento futuro que não está sob o controle da entidade, gerando assim a necessidade, nesse caso, do reconhecimento de uma provisão nos demonstrativos do período em que ocorreu a mudança na estimativa; ou, também, uma provisão poderá ter sua chance de perda financeira reduzida a uma baixa possibilidade, tornando-se um passivo contingente, devendo ser logicamente consideradas as demais condições para seu reconhecimento.

Passivos contingentes relacionados aos processos judiciais e efeitos do reconhecimento de provisões

Para Barroso (2020), o processo é o instrumento colocado à disposição dos cidadãos para solução de seus conflitos de interesses e por meio do qual o Estado exerce seu poder e a jurisdição, baseando-se em regras legais previamente estabelecidas e buscando, mediante a aplicação do direito ao caso concreto, a entrega do bem da vida, da pacificação social e da realização da Justiça. Os elementos integrantes desse instrumento de exercício do poder estatal são o procedimento (materialização do processo) e a relação jurídica processual contraditória entre o juiz e as partes.

LIGIA CARNICELLI CARVALHO OLIVEIRA, CARLOS ADRIANO SANTOS GOMES GORDIANO,
MARILENE FEITOSA SOARES E DANIVAL SOUSA CAVALCANTE

Kietzmann (2017) coloca que um processo judicial pode ser resumido como um pleito perante o Poder Judiciário para decisão sobre determinada pretensão. Contudo, nem todo processo judicial implica necessariamente obrigações possíveis ou presentes, ao avaliar um processo – passivo, promovido contra a companhia –, os profissionais responsáveis procederão com a avaliação de riscos e a mensuração dos valores envolvidos.

Entre os fatos que podem gerar o reconhecimento de provisões, para Gelbcke et al. (2018), é bastante comum o reconhecimento de provisões relacionadas à existência de ações judiciais exigindo o pagamento de autuações fiscais, reclamações trabalhistas ou indenizações a fornecedores ou clientes, nos casos em que a administração, em conjunto com seus advogados, considere provável o desembolso futuro e sejam atendidos os requisitos estabelecidos no CPC 25, a empresa deverá então reconhecer as respectivas provisões.

De acordo com Oliveira (2016), essa realidade também se aplica ao setor bancário, pois, nas análises das notas explicativas, os passivos contingentes, assim como as provisões, divulgados quase em sua integralidade, são compostos por processos judiciais, sendo os das áreas fiscal, cível e trabalhista os mais frequentes nas empresas.

Normalmente, as questões relacionadas a processos jurídicos são direcionadas à assessoria jurídica, que é fundamental para a análise e o correto reconhecimento dos riscos legais. Contudo, no caso dos litígios, há a necessidade de avaliar também a classificação da probabilidade de perda financeira dos processos, atividade que inclui participação de contadores, gestores e auditores, que se baseiam em particularidades jurídicas, mas não somente nesse aspecto. Conforme destacam Almeida (2018), Aharony e Dotan (2004) e Oliveira et al. (2020), as estimativas de desfecho e os efeitos financeiros que podem ser percebidos são determinados pelo julgamento da administração da entidade, com acréscimo da experiência adquirida em transações semelhantes e, em alguns casos, corroborado por relatórios de especialistas.

Os riscos e incertezas estão relacionados à variabilidade dos desfechos possíveis para os eventos, sendo fundamental que as entidades estimem a realidade da obrigação. Almeida (2018) acrescenta que os riscos e as incertezas que existem em torno de muitos eventos e circunstâncias devem ser levados em consideração para se alcançar a melhor

DEBATE DE CENÁRIOS SOBRE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES EM BANCOS BRASILEIROS

estimativa de uma provisão. Uma incerteza não justifica a criação de provisões exageradas ou uma superavaliação deliberada de passivos. A melhor estimativa, considerando a realidade de cada caso, é que deve ser observada. Contudo, as classificações de risco de perda financeira na liquidação das obrigações não apresentam padrões de determinação, dependendo do julgamento de gestores, o que poderá acarretar ambiguidades e incorreções nas avaliações, com divulgação inapropriada sobre as perdas contingenciais. Tal possibilidade gera bastante discussão por se tratar de um tipo de julgamento sujeito à manipulação e de difícil detecção, o que pode ocasionar distorções relevantes no resultado das instituições.

Rosa (2014) reforça que a existência de erros na classificação das contingências passivas poderá distorcer as decisões dos *stakeholders* e que as distorções poderiam estar relacionadas à subjetividade inerente à interpretação das normas. Nascimento e Arruda (2019) destacam que a divulgação do passivo contingente é importante para o mercado de capitais, em que as empresas estão inseridas, uma vez que essa evidenciação demonstra a forma como as empresas lidam com os potenciais riscos ligados à sua atividade.

O reconhecimento da provisão será baseado na melhor estimativa do sacrifício financeiro exigido para a liquidação da obrigação presente na data do balanço (CPC, 2009; Gelbcke et al., 2018). Esse valor deverá ser definido racionalmente pela entidade de forma a expressar o valor mais próximo ao suficientemente capaz de liquidar ou transferir a obrigação na data da demonstração contábil. É importante que os riscos a que as empresas estejam submetidas sejam divulgados de forma transparente e tempestiva, com o uso de critérios minuciosos em sua avaliação, sem que existam interesses escusos ou de apenas cumprir as determinações legais.

Hendriksen e Van Breda (2010) apontam que, quando uma obrigação ou um recurso estão numa demonstração de posição financeira, considera-se que foram reconhecidos. Contudo esse reconhecimento não ocorre no momento da possibilidade de sua definição, porque não se pode registrar um componente quando não for possível medi-lo. Assim, para um passivo ser reconhecido, ele deve ser mensurável. Porém, a impossibilidade da medição de um passivo não faz que ele deixe de ser considerado um passivo, esse continuará sendo um passivo, contudo, um passivo não reconhecido.

LIGIA CARNICELLI CARVALHO OLIVEIRA, CARLOS ADRIANO SANTOS GOMES GORDIANO,
MARILENE FEITOSA SOARES E DANIVAL SOUSA CAVALCANTE

As provisões, por sua vez, são contabilizadas no balanço patrimonial e sua contrapartida gera impacto no resultado. Gelbcke et al. (2018) acrescentam que as provisões podem ser consideradas elementos do passivo, pois trata-se de obrigações com vencimento aleatório, no entanto, com uma elevada probabilidade de ocorrência. O reflexo das provisões, registradas no passivo, será o reconhecimento de uma despesa, aumentando o passivo exigível. Havendo redução nos lucros apresentados, as provisões deverão ser constituídas independentemente de a companhia apresentar lucro ou prejuízo no exercício.

Esses reflexos atingem diretamente as avaliações das empresas no mercado, uma vez que refletem nos diversos indicadores utilizados para verificar o desempenho econômico e financeiro das empresas. Pode-se destacar como indicadores de comprometimento aqueles que avaliam o retorno do investimento, como o *return on equity* (ROE) e o *return on investment* (ROI), que fornecem o potencial de crescimento e o ganho percentual sobre o capital investido pelos acionistas e pelo ativo total, respectivamente (Assaf, 2020), aqueles que medem a proporção do endividamento e a saúde financeira das instituições (Silva, 2019), como o índice de endividamento geral, e também os que observam a capacidade das instituições de saldar suas obrigações, como o índice de solvência, por exemplo.

De uma forma geral, é possível indicar que as informações sobre as provisões se encontram no balanço, enquanto as disponibilizadas sobre passivos contingentes são divulgadas fora dele, nas notas explicativas. De acordo com o CPC 25, da divulgação de passivos contingentes, deverá constar uma breve descrição da sua natureza e, quando for possível, uma estimativa do seu efeito financeiro, assim como uma indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de desembolso e da possibilidade de qualquer reembolso. O normativo possibilita que a divulgação seja organizada em grupo, por meio de classes, de acordo com sua natureza (CPC, 2009).

Compreender o cuidado que a empresa dedica ao risco e a sua avaliação é um modo de diminuir o risco dos *stakeholders* e dos interesses que esses representam nas relações com as instituições. Sendo os passivos contingentes relevantes, uma vez que podem afetar o patrimônio de uma empresa, a ausência de suas informações, ou, ainda, sua divulgação de forma inadequada, podem causar impactos nos modelos de avaliação das empresas, aumentando as incertezas e a assimetria de informações, interferindo no

valor de mercado da empresa e prejudicando as condições de escolha dos usuários entre fundar, estabelecer ou manter relações com a organização, tendo condão de causar danos à imagem empresarial perante o mercado financeiro e toda a sociedade (Gelbcke et al., 2018; Carmo et al., 2018; Oliveira et al., 2020).

Bancos

Sendo uma das instituições mais comuns no cotidiano de pessoas físicas e jurídicas, os bancos são entidades que fornecem serviços financeiros à sociedade como um todo. Sua atividade não se restringe apenas aos seus recursos financeiros, mas também aos de terceiros, que os guardam ou investem. Oliveira (2016) destaca que as instituições financeiras são empresas relevantes para a economia e para o desenvolvimento social em razão da geração de crédito, ocupando lugar de destaque na sociedade, com a responsabilidade de serem transparentes com seus usuários. Por meio da intermediação financeira, o setor bancário exerce papel fundamental na economia, seja como fonte de financiamento, que permite a concretização de investimentos e do consumo privado, seja como instrumento estabilizador da política monetária governamental (Freitas et al., 2018).

Conforme o Banco Central do Brasil (Bacen, 2021), são três os tipos de bancos mais atuantes no Brasil: o comercial, o de investimento e o múltiplo. Os bancos comerciais são os mais conhecidos pelo público, oferecem serviços de pagamentos, empréstimos e financiamentos, transferência de valores, e contas corrente e poupança. Os bancos de investimento, por sua vez, são especializados em alocar o capital de seus clientes nos mais diversos investimentos do mercado. Já o banco misto, ou múltiplo, é aquele que junta as funções do banco comercial e do banco de investimento. Pode ser público ou privado, com pelo menos duas carteiras, sendo uma delas comercial e outra de investimento. Basicamente todos os grandes bancos brasileiros são bancos múltiplos, visto que, além de terem carteiras comerciais, também atuam no negócio de investimentos. Além desses três tipos, também existem os bancos de câmbio, que atuam na compra e venda de moeda estrangeira, e os bancos de desenvolvimento, que atuam em projetos para desenvolvimento econômico e social. O setor bancário, que se enquadra no segmento de

LIGIA CARNICELLI CARVALHO OLIVEIRA, CARLOS ADRIANO SANTOS GOMES GORDIANO,
MARILENE FEITOSA SOARES E DANIVAL SOUSA CAVALCANTE

instituições financeiras na B3, tinha, em 2019, 26 empresas de diferentes portes listadas, mas predominantemente compostas por bancos múltiplos.

A essência do negócio bancário é tipicamente de risco. Para Assaf (2020), a continuidade dos negócios financeiros está vinculada à credibilidade que a instituição tem no mercado, sendo bastante dinâmica, convivendo com mudanças estratégicas rápidas diante dos problemas de mercado. Em razão da complexidade das atividades econômicas, o conjunto de exigências e limitações a que são sujeitados os bancos é também extremamente complexo. A alta regulamentação pode ser explicada em virtude da relevância e da visibilidade do setor bancário, que, ao movimentar recursos em valores expressivos, tende a atrair inúmeros *stakeholders* e a ser acompanhado por diversos grupos de interesse – fator que exigirá maiores controles e mecanismos de mitigação de riscos.

No Brasil, o controle sobre as instituições bancárias é exercido, principalmente, pelo Bacen, responsável por fazer que as normas e determinações editadas pelo Conselho Monetário Nacional sejam cumpridas. Se o banco for de capital aberto, amplia-se ainda mais o grupo de interesse, o que demanda ainda maior controle sobre a organização, pois, à medida que passam a negociar ações em mercados organizados e são constituídas no formato de sociedades anônimas, também são submetidas às regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da B3. Freitas et. al (2018) acrescentam ainda que os bancos, no Brasil, seguem regulamentação proveniente do Acordo de Basileia, que visa, entre outros, a manter a liquidez e a solvência das instituições financeiras.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e dos passivos contingentes são realizados nas instituições financeiras de acordo com os critérios definidos no CPC 25, sobre provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do Bacen.

Após a contextualização do segmento bancário, seguem pesquisas anteriores que abordaram tanto a evidenciação e a configuração dos passivos contingentes quanto hipóteses de reclassificação dos passivos contingentes em provisão.

Estudos empíricos anteriores

Há no âmbito nacional diversos estudos sobre provisões e passivos contingentes. Grande parte concentra-se no estudo da evidenciação e nos seus reflexos sobre o mercado ou na investigação do nível de conformidade ao cumprimento preconizado pelas normas contábeis.

O estudo de Rosa (2014) buscou identificar o panorama das contingências passivas e mensurar os efeitos da sua reconfiguração na situação econômica de empresas brasileiras. Os resultados da pesquisa com empresas não financeiras demonstram, com relação às origens das provisões e das contingências passivas, em 2012, que as empresas brasileiras apresentam processos judiciais e administrativos que somavam R\$ 498 bilhões, destacando-se, principalmente, os processos tributários, que representaram 69% do total.

Analisando o efeito da inclusão dos passivos contingentes divulgados em nota explicativa nos indicadores de liquidez, com uma amostra de 184 empresas pertencentes à B3, Scarpin et al. (2014) observaram a existência de efeitos significativos para os índices de grau de endividamento e endividamento geral quando da reconfiguração de 100% dos passivos contingentes em provisão, sendo adicionados ao grupo do passivo não circulante de cada empresa, destacando a relevância da assimetria informacional no que concerne à ausência da evidenciação contábil dos passivos contingentes no balanço patrimonial.

De Jesus e Souza (2016), que pesquisaram os impactos do reconhecimento dos passivos contingentes na situação econômica de empresas brasileiras auditadas pelas quatro maiores empresas de auditoria, observaram, na análise de 50 empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) em 2014, que, se as contingências passivas fossem reconhecidas, 60% das empresas teriam redução nos lucros em mais de 100% e 6% das companhias apresentariam a situação de passivo a descoberto.

Com a intenção de verificar os efeitos da reconfiguração dos passivos contingentes em 53 empresas do setor de energia elétrica entre os anos de 2013 e 2015, Carmo et al. (2018) simularam cinco cenários de reconfiguração, observando o impacto no desempenho econômico e financeiro através dos indicadores de liquidez geral, endividamento geral e retorno do ativo. Os resultados observados revelaram que, nos cenários em que

LIGIA CARNICELLI CARVALHO OLIVEIRA, CARLOS ADRIANO SANTOS GOMES GORDIANO,
MARILENE FEITOSA SOARES E DANIVAL SOUSA CAVALCANTE

houve um maior percentual de reconfiguração dos passivos contingentes em provisão, existe uma diferença significativa entre os indicadores calculados com os dados originais quando comparados aos cenários reclassificados.

Nascimento e Arruda (2019) avaliaram o nível de divulgação do passivo contingente dos bancos listados nos segmentos diferenciados de governança corporativa da BM&Fbovespa analisando os demonstrativos financeiros de 2014 a 2016, mas não a repercussão da conversão de passivos contingentes em provisão. A pesquisa observou que os passivos contingentes mais encontrados foram tributários, trabalhistas e cíveis, respectivamente. Percebeu-se que as companhias ainda não estão cumprindo adequadamente as exigências estabelecidas pelo CPC 25 (2009), mas que a maioria apresentou níveis de divulgação considerados satisfatórios.

Ressalte-se que algumas pesquisas destacadas buscaram avaliar os efeitos do reconhecimento das contingências, contudo, nenhuma delas observou diretamente o setor bancário, sendo este um aspecto diferencial da pesquisa. Acrescentamos também como contribuições do presente trabalho a utilização de modelo de reclassificação de passivos contingentes com base em cenários, assim como foi feito por Rosa (2014). Este aspecto consegue observar percentuais de reclassificação considerando os possíveis equívocos de avaliação na classificação feita pelos gestores.

METODOLOGIA

Delineamento da pesquisa

Com a relação aos objetivos, a presente pesquisa caracteriza-se como descritiva. No que tange à abordagem do problema, como qualitativa. Quanto aos procedimentos técnicos empregados, pode-se classificar o trabalho como uma pesquisa documental. Gil (2002) indica que a pesquisa documental utiliza materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa, podendo receber interpretações diversas, sendo as fontes mais diversificadas na

pesquisa documental. Na presente pesquisa, foram analisadas as demonstrações financeiras dos bancos listados na B3.

Definição da amostra

Para atingir o objetivo da pesquisa, foram coletados dados dos relatórios financeiros consolidados do ano de 2019 das instituições financeiras de capital aberto listadas na B3 que faziam parte do segmento bancário em setembro de 2020. A seleção de apenas um setor para análise foi motivada pela necessidade de isolar o efeito setorial sobre os resultados. O recorte temporal justifica-se, uma vez que a visualização dos efeitos em apenas um ano é suficiente para observar os efeitos dos passivos contingentes judiciais, que tratam de processos que tem seu desenvolvimento observado por vários exercícios financeiros, tendo suas estimativas de perda atualizadas ao longo do tempo.

O setor bancário foi selecionado por ser um setor bastante regulamentado, uma vez que além das regras da CVM, esse também segue padrões determinados pelo Bacen. Além disso, o segmento bancário é um dos setores com maior representatividade na Bolsa brasileira, que tende a ser um segmento em que os investidores esperam por dividendos maiores, o que poderia potencializar o incentivo para a classificação de passivos contingentes como possíveis, uma vez que a classificação como provável impactaria os resultados e, conseqüentemente, os dividendos pagos.

Com o recorte aplicado, o universo da pesquisa foi formado por 26 empresas que possuíam ações negociadas no período analisado. Do total, foram retiradas da amostra três companhias devido à indisponibilidade de informações sobre passivos contingentes em suas notas explicativas (Alpha Holding, BTG Pactual e Inter). Assim, a amostra final desta pesquisa contemplou 23 empresas, conforme apresentado no Quadro 2.

QUADRO 2 – Bancos analisados

	Composição da amostra da pesquisa		
ABC Brasil	Basa	CCB	Pan
Alpha Investimento	BB	Indusval	Paraná
Banese	BMG	Itaúsa	Pine

LIGIA CARNICELLI CARVALHO OLIVEIRA, CARLOS ADRIANO SANTOS GOMES GORDIANO,
MARILENE FEITOSA SOARES E DANIVAL SOUSA CAVALCANTE

Composição da amostra da pesquisa			
Banestes	BNB	ItaúUnibanco	Santander
Banpará	Bradesco	Mercantil de Investimentos	Sofisa
Banrisul	BRB	Mercantil do Brasil	–

Fonte: Elaborado pelos autores.

Definição do modelo

Para avaliar o efeito das reconfigurações dos passivos contingentes no setor estudado, será utilizada uma adaptação da abordagem elaborada por Rosa (2014). A referida abordagem parte da consideração de que todos os dados presentes nas demonstrações financeiras serão constantes e, com a elaboração de cinco cenários para reconfigurar os passivos contingentes, esses são transformados em provisões, observando os efeitos dessa mudança de classificação no lucro líquido e em indicadores para verificar o desempenho econômico-financeiro.

Considerando a discricionariedade relacionada à classificação dos passivos contingentes e à possibilidade de equívocos, erros e inconsistências, as situações criadas para a análise consideram muito otimista a situação em que a instituição retratou com fidedignidade todos os passivos contingentes aos quais está exposta. A partir desse cenário, são colocadas as situações parcialmente otimista, cenário moderado, cenário parcialmente pessimista e cenário muito pessimista, aumentando gradativamente o percentual de reconfiguração dos passivos contingentes em provisões, conforme Tabela 1.

TABELA 1 – Reclassificação dos passivos contingentes para provisões a partir dos seguintes cenários

Cenário	Percentual de probabilidade de efetivação dos passivos contingentes convertidos em provisões
1. Muito otimista	0%
2. Parcialmente otimista	25%
3. Moderado	50%
4. Parcialmente pessimista	75%
5. Muito pessimista	100%

Fonte: Adaptada de Rosa (2014).

DEBATE DE CENÁRIOS SOBRE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES EM BANCOS BRASILEIROS

Após a reclassificação dos passivos contingentes em cada um dos cenários, para analisar os efeitos da reconfiguração em provisão, foi observado o impacto no lucro líquido e em quatro indicadores: ROE, ROI, solvência e endividamento geral.

A seleção dos indicadores para verificar o desempenho econômico segue a divisão feita por Assaf (2020), que classifica a análise de ROI e lucratividade, o equilíbrio financeiro e o endividamento como sendo dimensões importantes para o processo decisório dos investidores. O referido autor indica que o segmento bancário, como os demais negócios, tem por objetivo maximizar a riqueza de seus proprietários pelo estabelecimento de uma adequada relação risco-retorno. Diante a contextualização sobre os aspectos metodológicos, apresenta-se na sequência a análise dos resultados observados.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

No setor bancário da B3, composto por 26 empresas, 23 delas trouxeram dados a respeito de passivos contingentes nas notas explicativas dos demonstrativos financeiros consolidados de 2019. Assim como Suave et al. (2013), que observaram as empresas mais negociadas na BM&Fbovespa no ano de 2011, ao analisar as notas explicativas dos bancos, percebeu-se que as empresas geralmente informam como passivos contingentes ações que já tramitam em juízo. Na amostra, os passivos contingentes, em quase sua integralidade, são compostos por processos judiciais das áreas fiscal, trabalhista e cível.

Na Tabela 2, apresentam-se os dados disponibilizados, em milhares de reais, sobre passivos contingentes informados nas notas explicativas das instituições pesquisadas organizadas na ordem decrescente do volume de passivos contingentes.

TABELA 2 – Passivos contingentes totais e por grupo

Banco	Passivos contingentes – causas cíveis	Passivos contingentes – causas trabalhistas	Passivos contingentes – causas fiscais	Passivos contingentes – causas administrativas e outras	Total de passivos contingentes
Bradesco	6.272.466	não informado	33.474.303	não informado	39.746.769

LIGIA CARNICELLI CARVALHO OLIVEIRA, CARLOS ADRIANO SANTOS GOMES GORDIANO,
MARILENE FEITOSA SOARES E DANIVAL SOUSA CAVALCANTE

Banco	Passivos contingentes – causas cíveis	Passivos contingentes – causas trabalhistas	Passivos contingentes – causas fiscais	Passivos contingentes – causas administrativas e outras	Total de passivos contingentes
Santander	2.058.000	134.000	25.380.000	103.273	27.675.273
BB	2.184.916	229.907	11.426.347	não informado	13.841.170
BNB	1.865.136	123.996	3.577.567	2.537	5.569.236
Banrisul	699.765	1.661.188	86.144	não informado	2.447.097
Itausa	94.000	64.000	1.171.000	não informado	1.329.000
BMG	598.336	6	460.351	não informado	1.058.693
PAN	não especificado	não especificado	não especificado	não especificado	680.108
CCB	229.628	12.019	385.710	não informado	627.357
Banestes	370.128	88.922	96.826	não informado	555.876
BRB	225.924	16.682	129.617	não informado	372.223
ABC Brasil	2.325	16.966	328.920	não informado	348.211
BASA	204.868	21.584	16.796	não informado	243.248
Sofisa	9.526	25.704	124.448	3.150	162.828
BANESE	35.262	40.340	66.273	não informado	141.875
Indusval	17.183	27.010	88.276	não informado	132.469
Banpará	36.449	10.543	18.770	não informado	65.762
ItauUnibanco	4.264	251	28.959	não informado	33.474
Mercantil do Brasil	1.104	não informado	11.187	1.497	13.788
Alpha Investimentos	não informado	2.992	1.152	não informado	4.144
Mercantil de Investimentos	não informado	não informado	2.041	não informado	2.041
Paraná	não especificado	não especificado	não especificado	não especificado	273
Pine	não especificado	não especificado	não especificado	não especificado	184
Total	14.909.280	2.476.110	76.874.687	110.457	95.051.099
Frequências	15,69%	1,31%	80,88%	0,12%	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

DEBATE DE CENÁRIOS SOBRE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES EM BANCOS BRASILEIROS

Assim como Oliveira (2016), que pesquisou as empresas listadas na BM&Fbovespa que obtiveram os maiores lucros no Brasil em 2014, verifica-se que, para o setor bancário em 2019, os passivos contingentes mais relevantes foram os ligados aos processos fiscais, cíveis e trabalhistas, na respectiva ordem. Rosa (2014) observou que os processos fiscais/tributários representavam 69% do total de passivos contingentes para as empresas não financeiras no Brasil em 2012. Na presente pesquisa, observa-se que os processos fiscais representam mais de 80% da composição total dos passivos contingentes, seguidos pelos 15,69% representados pelas causas cíveis e pelas causas trabalhistas, que chegam apenas a 1,31% do total. Tal resultado diverge daquilo que foi observado por Nascimento e Arruda (2019), que avaliaram o nível de divulgação do passivo contingente dos bancos listados na Bolsa nos demonstrativos financeiros entre 2014 e 2016, uma vez que os passivos contingentes mais encontrados na ocasião foram os relacionados a processos tributários, trabalhistas e cíveis, respectivamente, o que demonstra uma mudança significativa na composição de passivos para o setor. Como existe uma diferença temporal entre as pesquisas, talvez isso seja reflexo de mudanças de comportamento ou de alterações de políticas contábeis.

O volume total de passivos contingentes apresentado pelas instituições é superior a R\$ 95 bilhões, valor 27,89% maior que a soma do lucro apresentado para o setor, que foi de aproximadamente R\$ 74 bilhões. Relacionando o volume de passivos contingentes ao lucro líquido apresentado, cabe destacar que os seis bancos (Bradesco, Santander, Banco do Brasil, BNB, Banrisul e Itaú) que figuram no topo da lista em relação ao volume de passivos contingentes são os mesmos que apresentaram os maiores lucros líquidos em 2019. As informações sobre lucro são apresentadas na tabela 3.

Percebeu-se que os bancos Santander, BNB, Sofisa e Mercantil do Brasil evidenciaram informações sobre processos administrativos, sendo os dados relacionados com maior clareza e podendo indicar maior completude na divulgação de informações sobre passivos contingentes. Contudo, os bancos Paraná e Pine apenas relacionaram o total de passivos contingentes, não deixando clara a natureza ou o grupo de processos a que esses pertenceriam. O Banco Pan, por sua vez, apenas relacionou processos relevantes (os valores atribuídos foram somados e considerados na presente pesquisa), não deixando

LIGIA CARNICELLI CARVALHO OLIVEIRA, CARLOS ADRIANO SANTOS GOMES GORDIANO,
MARILENE FEITOSA SOARES E DANIVAL SOUSA CAVALCANTE

claro se haveria outros processos a serem considerados, assim não deixando evidente o montante total. Já o BNB, mesmo sem a obrigatoriedade normativa de divulgação de passivos contingentes de risco remoto, divulgou informações sobre passivos contingentes remotos com valores separados por grupos e com breve resumo em nota de rodapé, o que pode ser considerado um indicativo de maior transparência, uma vez que esses não precisariam ser divulgados.

Os lucros líquidos das empresas foram retirados das demonstrações do resultado do exercício (DRE) de 2019, uma vez que essas representam o rendimento real das empresas, após dedução de todos os tipos de despesa. O lucro líquido é diretamente afetado na reconfiguração de passivos contingentes em provisões.

A Tabela 3 relaciona, de modo decrescente e em milhares de reais, os montantes de lucro líquido divulgados para as empresas pesquisadas, observando o impacto no lucro em cada um dos cenários de hipótese de reconfiguração propostos e o percentual refletido no resultado em comparação com a situação original para cada faixa de conversão em provisão, sublinhando as situações de prejuízo encontradas para melhor visualização.

TABELA 3 – Lucro líquido em 2019 e seu ajuste nos cenários propostos

Banco	Cenário muito otimista	Cenário parcialmente otimista		Cenário moderado		Cenário parcialmente pessimista		Cenário muito pessimista	
	Lucro líquido divulgado – 2019	Lucro líquido ajustado	Variação em relação ao divulgado (%)	Lucro líquido ajustado	Variação em relação ao divulgado (%)	Lucro líquido ajustado	Variação em relação ao divulgado (%)	Lucro líquido ajustado	Variação em relação ao divulgado (%)
Bradesco	22.582.615	12.645.923	-44,00%	2.709.231	-88,00%	(7.227.462)	-132,00%	(17.164.154)	-176,01%
BB	18.888.318	15.428.026	-18,32%	11.967.733	-36,64%	8.507.441	-54,96%	5.047.148	-73,28%
Santander	16.631.450	9.712.632	-41,60%	2.793.814	-83,20%	(4.125.005)	-124,80%	(11.043.823)	-166,40%
Itaúsa	10.569.000	10.236.750	-3,14%	9.904.500	-6,29%	9.572.250	-9,43%	9.240.000	-12,57%
BNB	1.736.685	344.376	-80,17%	(1.047.933)	-160,34%	(2.440.242)	-240,51%	(3.832.551)	-320,68%
Banrisul	1.269.947	658.173	-48,17%	46.399	-96,35%	(565.376)	-144,52%	(1.177.150)	-192,69%
Pan	621.815	451.788	-27,34%	281.761	-54,69%	111.734	-82,03%	(58.293)	-109,37%
BRB	418.836	325.780	-22,22%	232.725	-44,44%	139.669	-66,65%	46.613	-88,87%
BMG	389.809	125.136	-67,90%	(139.538)	-135,80%	(404.211)	-203,69%	(668.884)	-271,59%
Basa	216.157	155.345	-28,13%	94.533	-56,27%	33.721	-84,40%	(27.091)	-112,53%
Banestes	215.186	76.217	-64,58%	(62.752)	-129,16%	(201.721)	-193,74%	(340.690)	-258,32%

DEBATE DE CENÁRIOS SOBRE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES EM BANCOS BRASILEIROS

Banco	Cenário muito otimista	Cenário parcialmente otimista		Cenário moderado		Cenário parcialmente pessimista		Cenário muito pessimista	
	Lucro líquido divulgado – 2019	Lucro líquido ajustado	Variação em relação ao divulgado (%)	Lucro líquido ajustado	Variação em relação ao divulgado (%)	Lucro líquido ajustado	Variação em relação ao divulgado (%)	Lucro líquido ajustado	Variação em relação ao divulgado (%)
Paraná	187.484	187.416	-0,04%	187.348	-0,07%	187.279	-0,11%	187.211	-0,15%
Banpará	174.662	158.222	-9,41%	141.781	-18,83%	125.341	-28,24%	108.900	-37,65%
Sofisa	120.381	79.674	-33,82%	38.967	-67,63%	(1.740)	-101,45%	(42.447)	-135,26%
Mercantil do Brasil	113.050	109.603	-3,05%	106.156	-6,10%	102.709	-9,15%	186	-91,65%
Banese	89.372	53.903	-39,69%	18.435	-79,37%	(17.034)	-119,06%	(52.503)	-158,75%
Alpha Investimento	67.152	66.116	-1,54%	65.080	-3,09%	64.044	-4,63%	63.008	-6,17%
Itaú Unibanco	27.813	19.445	-30,09%	11.076	-60,18%	2.708	-90,27%	(5.661)	-120,35%
Mercantil de Investimentos	2.227	1.717	-22,91%	1.207	-45,82%	696	-68,74%	99.262	-12,20%
Indusval	(11.437)	(44.554)	289,56%	(77.672)	579,12%	(110.789)	868,69%	(143.906)	1158,25%
CCB	(39.257)	(196.096)	399,52%	(352.936)	799,04%	(509.775)	1198,56%	(666.614)	1598,08%
ABC Brasil	(44.551)	(231.604)	60,22%	(318.657)	120,45%	(405.709)	180,67%	(492.762)	240,89%
Pine	(115.627)	(115.673)	0,04%	(115.719)	0,08%	(115.765)	0,12%	(115.811)	0,16%
Lucro total	74.321.959	50.836.240	68,40%	28.600.743	38,48%	18.847.591	25,36%	14.792.328	19,90%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Nota: Valores sublinhados representam situações de prejuízo.

No ano de 2019, dentro da amostra formada por 23 instituições, 19 apresentaram lucro e quatro tiveram prejuízo (Indusval, CCB, ABC Brasil e Pine), assim, conjuntamente elas obtiveram resultado positivo no exercício. Observa-se um volume de lucro líquido superior a R\$ 74 bilhões. Os três maiores resultados são Bradesco, BB e Santander. Com a simulação da reconfiguração dos passivos contingentes em provisões e a consequente redução dos resultados obtidos, é perceptível o impacto negativo no lucro das empresas, apresentando um aumento considerável na quantidade de empresas que passariam a ter resultados negativos nos cenários de reclassificação à medida que as constituições de provisão fossem majoradas.

Entre o cenário original e o cenário parcialmente otimista, não é observado aumento no número de empresas com prejuízos, contudo, o lucro somado das instituições já é

LIGIA CARNICELLI CARVALHO OLIVEIRA, CARLOS ADRIANO SANTOS GOMES GORDIANO,
MARILENE FEITOSA SOARES E DANIVAL SOUSA CAVALCANTE

reduzido em mais de 30%. Ressalta-se que o lucro total do setor no cenário muito pessimista seria de apenas 19,90% do divulgado. Acrescentamos que as empresas que apresentaram prejuízos no cenário real, Indusval e CCB, teriam seu prejuízo ampliado em patamares superiores a 1000% no cenário de reconfiguração total dos passivos contingentes.

No cenário muito pessimista, o número de empresas com prejuízo chegaria a 15, valor que equivale a 65,21% da amostra, sendo que 11 das 19 empresas que tiveram lucro em 2019, 57,89%, teriam os lucros reduzidos em mais de 100% em razão da constituição de provisão. Tal resultado se aproxima ao encontrado por de Jesus e Souza (2016), quando pesquisaram os impactos do reconhecimento de 100% dos passivos contingentes em 50 empresas brasileiras listadas BM&FBovespa em 2014, percebendo que 60% das empresas teriam redução nos lucros em mais de 100% naquela situação.

Para observar os possíveis efeitos na rentabilidade e potencial crescimento das empresas, foram levantados os índices de ROE e ROI, considerando os efeitos da reconfiguração dos passivos contingentes na diminuição dos lucros líquidos das empresas, como foi feito na Tabela 3, sendo realizada a razão do lucro sobre o patrimônio líquido (permanecendo esse constante) e sobre o ativo total (também considerado constante). Os dados foram extraídos do balanço patrimonial e da DRE das demonstrações financeiras consolidadas de 2019 dos bancos.

A Tabela 4 contém as médias apresentadas para o setor bancário em cada um dos cenários de análise.

TABELA 4 – Evolução da média do ROE e do ROI nos cenários propostos

Indicador	Cenário muito otimista (original)	Cenário parcialmente otimista	Cenário moderado	Cenário parcialmente pessimista	Cenário muito pessimista
Média de <i>return on equity</i> (ROE)	11,56%	-6,33%	1,10%	-4,13%	-9,36%
Média de <i>return on investment</i> (ROI)	1,93%	1,36%	0,78%	0,20%	-0,38%

Fonte: Elaborada pelos autores.

DEBATE DE CENÁRIOS SOBRE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES EM BANCOS BRASILEIROS

Demonstrando a resposta sobre o capital investido na empresa, com a reconfiguração hipotética dos passivos contingentes, observa-se uma redução gradativa na média do ROE das instituições, saindo do patamar médio de 11,56%, no cenário muito otimista, para uma média de -9,36% no cenário muito pessimista. Considera-se que quanto maior o ROE, mais rentável e atrativa aos investidores a empresa é. Dessa forma, a redução desse indicador pode significar uma redução na capacidade de gerar valor com menor dispêndio de recurso.

Originalmente, o maior ROE é o apresentado pelo Banco do Nordeste (32%) e o menor é o do Pine (-13,12%). No cenário muito pessimista, a empresa a apresentar maior ROE é o Itaú (15,83%) e o menor seria o Banco do Nordeste (-70,61%). Tal resultado corrobora a atenção especial que deve ser dispensada aos passivos contingentes, uma vez que a empresa que tem o maior índice de ROE entre as instituições analisadas é a mesma que apresenta o menor índice no cenário muito pessimista.

Com relação ao índice que evidencia a riqueza gerada por todos os ativos combinados, ROI, é percebida uma redução em sua média dos bancos, que, na configuração original, é de 1,93% e passa a ser reduzida gradativamente na razão oposta ao aumento da conversão dos passivos contingentes nos cenários, chegando à média de -0,38% no cenário de reconfiguração total. No cenário muito otimista, o maior ROI é o apresentado pelo Itaú (15,56%) e o menor é o do Pine (-1,16%). No cenário muito pessimista, a empresa que apresenta o maior ROI permanece sendo o Itaú (13,69%) e o menor seria o Banco do Nordeste (-6,54%).

Carmo et al. (2018), ao verificarem os efeitos da reconfiguração dos passivos contingentes nas empresas do setor de energia elétrica entre 2013 e 2015, observaram que o ROI médio das empresas variava de 3,37% a 6,54% no cenário original, mas que o ROI médio das empresas poderia ser reduzido até -13,12% no período analisado, o que alteraria o panorama financeiro e de desempenho de forma mais gravosa nas empresas do setor energético se comparadas ao setor bancário, em que as variações percebidas seriam mais discretas.

De forma a analisar possíveis efeitos na capacidade de as empresas cumprirem suas obrigações de prazo mais longo, foi observado o índice de solvência dos bancos, cálculo

LIGIA CARNICELLI CARVALHO OLIVEIRA, CARLOS ADRIANO SANTOS GOMES GORDIANO,
MARILENE FEITOSA SOARES E DANIVAL SOUSA CAVALCANTE

obtido com a relação entre o ativo total, que foi considerado constante para todos os cenários, e o passivo exigível, que foi acrescido dos valores relacionados a conversão em provisões do percentual proposto em cada um dos cenários. Os valores foram obtidos no balanço patrimonial de 2019 das empresas pesquisadas.

Na Tabela 5, seguem os valores médios do índice de solvência dos bancos, sendo, no caso, desconsideradas no cálculo as instituições Itaú e Mercantil do Brasil, pois apresentavam valores muito discrepantes aos das demais (739,95% e 328,51%, respectivamente), o que distorceria a análise.

TABELA 5 – Evolução da média do indicador de solvência dos bancos nos cenários observados

Indicador	Cenário muito otimista (original)	Cenário parcialmente otimista	Cenário moderado	Cenário parcialmente pessimista	Cenário muito pessimista
Média de solvência	113,31%	112,56%	111,82%	111,10%	110,40%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Entre o cenário muito otimista e o cenário muito pessimista, a média do índice de solvência das instituições sai do patamar de 113,31% para 110,40%, demonstrando que a conversão em provisão da totalidade do passivo contingente afeta as empresas, mas que as instituições do setor bancário são solventes, ainda que no cenário mais agressivo de reconfiguração de passivos. No cenário muito otimista, o banco com maior índice de solvência, dentre os considerados no cálculo da média, é o Paraná (133,40%) e o com menor índice, Banestes (107,16%). No cenário muito pessimista, o Paraná permanece sendo a empresa a apresentar maior solvência praticamente no mesmo percentual (133,39%) e o menor seria o BNB (99,76%).

Para observar a saúde financeira das empresas, medindo a proporção do endividamento da companhia em relação ao total de seus ativos, calculou-se o índice de endividamento geral, sendo este o quociente do passivo total, recalculado para os cenários com os acréscimos decorrentes da conversão dos passivos contingentes em provisões nas faixas sugeridas, sobre o ativo total, mantido como constante em todos os cenários. Os dados utilizados foram retirados dos Balanços Patrimoniais das instituições.

DEBATE DE CENÁRIOS SOBRE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES EM BANCOS BRASILEIROS

Na Tabela 6, seguem os valores médios do índice de endividamento geral dos Bancos, sendo desconsiderados no cálculo as instituições Itaú e Mercantil do Brasil, pois apresentavam valores muito discrepantes dos demais (13,51% e 30,44%, respectivamente), distorcendo a média.

TABELA 6 – Evolução da média do indicador de endividamento geral dos Bancos nos cenários observados

Indicador	Cenário muito otimista (original)	Cenário parcialmente otimista	Cenário moderado	Cenário parcialmente pessimista	Cenário muito pessimista
Média de endividamento	88,48%	89,08%	89,67%	90,27%	90,86%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Quanto ao *índice de endividamento*, quanto menor, melhor. Nos cenários observados, observa-se 2,38% de variação entre os cenários extremos da pesquisa, saindo de 88,48% para 90,86%. No cenário muito otimista, situação real das empresas pesquisadas em 2019, o banco com menor índice de endividamento geral dentre os utilizados no cálculo da média é o Paraná (74,96%) e o com maior índice, o Banestes (93,32%). No cenário com conversão total dos passivos contingentes em provisão, o Paraná mantém-se como a empresa com menor endividamento geral (74,97%) e o maior seria o BNB (100,24%).

O resultado encontrado para a variação no índice de endividamento geral assemelha-se ao encontrado por Scarpin et al. (2014), quando observaram que o endividamento geral apresentou variação percentual inferior a 5%, considerando a reconfiguração de 100% dos passivos contingentes em provisão do ano de 2010 para 2011, em amostra com mais de 180 empresas pertencentes à B3.

De modo geral, os resultados percebidos com esta pesquisa refletem a relevância da análise sobre a reconfiguração dos passivos contingentes para os resultados das empresas, ressaltando a necessidade de se conhecer os riscos e os efeitos que podem provocar nas demonstrações contábeis. Na sequência, são destacadas as considerações finais sobre os resultados obtidos.

LIGIA CARNICELLI CARVALHO OLIVEIRA, CARLOS ADRIANO SANTOS GOMES GORDIANO,
MARILENE FEITOSA SOARES E DANIVAL SOUSA CAVALCANTE

CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo analisar os possíveis efeitos econômicos da reconfiguração dos passivos contingentes judiciais em provisões em instituições financeiras listadas na B3, levando em consideração o exercício de 2019, considerando prováveis determinantes as variações no lucro líquido, o ROE e o ROI, a solvência e o endividamento geral.

Os passivos contingentes e as provisões diferenciam-se principalmente pelo grau de risco atribuído à probabilidade da perda financeira e ao impacto dessa avaliação nos resultados, pois as provisões devem ser mensuradas e contabilizadas, enquanto os passivos contingentes são apenas divulgados em notas explicativas. Assim, evidenciou-se que 88,46% das empresas pesquisadas divulgaram informações sobre passivos contingentes e que esses são compostos essencialmente por processos jurídicos em andamento, com destaque para as causas fiscais, seguida pelas cíveis e trabalhistas como mais recorrentes.

Como resultado, foi constatado que o risco representado pelos passivos contingentes tem o condão de impactar significativamente a redução dos lucros auferidos ou a ampliação dos prejuízos das empresas, o que foi observado a partir dos cenários de hipótese de reconfiguração acima de 50% dos passivos contingentes em provisões. Diretamente ligados aos resultados das empresas, os indicadores relacionados à rentabilidade são bastante afetados nas hipóteses criadas pelo trabalho, demonstrando o risco presente nos passivos contingentes, que podem afetar a capacidade de geração de valor das instituições.

Todavia, constatou-se que as variações relacionadas à média de solvência e ao endividamento sofreram variação moderada, não superior a 3% em ambos na variação entre as hipóteses mais extremas da pesquisa, assim como cerca de 34,78% da amostra (oito empresas) não apresentaram sequer prejuízo com a reconfiguração integral de seus passivos contingentes em provisão, o que demonstra a capacidade financeira e a estrutura das empresas do setor bancário no Brasil.

O estudo contribui como incentivo a uma análise mais criteriosa na classificação dos riscos dos processos judiciais, diante do impacto da dinâmica das provisões na ótica da saúde financeira das empresas, culminando em informações mais confiáveis e próximas à realidade.

DEBATE DE CENÁRIOS SOBRE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES EM BANCOS BRASILEIROS

Destaca-se que o resultado da pesquisa não pode ser generalizado, visto que os cenários são hipotéticos. As análises foram realizadas com indicadores de modo geral e baseadas em médias. Os impactos e riscos dos passivos contingentes são individualizados para cada uma das empresas, devendo ser ponderado que, ao lidar com cenários de risco, como são os passivos contingentes, os prejuízos serão sempre uma possibilidade, representando, portanto, uma limitação do estudo.

Sugere-se para pesquisas futuras a aplicação de novas variáveis em conjunto com os indicadores utilizados, bem como a ampliação do escopo da pesquisa, incluindo comparações entre exercícios e períodos mais extensos para análise.

REFERÊNCIAS

- Aharony, J., & Dotan, A. (2004). A comparative analysis of auditor, manager, and financial analyst interpretations of SFAS 5 disclosure guidelines. *Journal of Business Finance & Accounting*, 31, 475–504.
- Almeida, M. C. (2018). *Contabilidade intermediária* (2a. ed.). Atlas.
- Assaf, A., Neto. (2020). *Estruturas e análise de balanços – Um enfoque econômico-financeiro* (12a. ed.). GEN.
- Banco Central do Brasil (Bacen). (2010). *Carta Circular nº 3.429*. <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibnormativo?tipo=Carta%20Circular&numero=3429>
- Banco Central do Brasil (Bacen). (2021). *Estabilidade financeira*. <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira>
- Barroso, C. E. F. M. (2020). *Processo civil: Teoria geral do processo e processo de conhecimento* (18a. ed.). Saraiva.
- Brasil, Bolsa, Balcão (B3). (2020). *Classificação setorial*. http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/acoes/consultas/classificacao-setorial/
- Carmo, C. H. S., Ribeiro, A. M., & Mesquita, K. M. P. (2018). Impacto da reconfiguração dos passivos contingentes no desempenho financeiro: Uma análise nas empresas brasileiras do setor de energia elétrica. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 37(1), 91–109.

LIGIA CARNICELLI CARVALHO OLIVEIRA, CARLOS ADRIANO SANTOS GOMES GORDIANO,
MARILENE FEITOSA SOARES E DANIVAL SOUSA CAVALCANTE

- Cohen, D., Darrough, M. N., Huang, R., & Zach T. (2011). Warranty reserve: Contingent liability, information signal, or earnings management tool? *The Accounting Review*, 86(2), 569–604.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2009). *CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes*. <http://bit.ly/2szLAPF>
- Darabi, R., & Faghani, M. (2012). The disclosure effects of contingent liabilities and ambiguities on making decision by users of financial statements. *International Journal of Business and Commerce*, 1(5), 13–2.
- de Jesus, S. S., & de Souza, M. M. (2016). Impacto do reconhecimento dos passivos contingentes na situação econômica das empresas brasileiras auditadas pelas big four. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 10(2), 43-63.
- Fonteles, I. V., Nascimento, C. P. S. do, Ponte, V. M. R., & Rebouças, S. M. D. P. (2013). Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBOVESPA. *Revista de Gestão Organizacional*, 6(4), 85–98.
- Freitas, G. A., Silva, E. M., Oliveira, M. C., Cabral, A. C. de A., & Santos, S. M. dos. (2018). Governança corporativa e desempenho dos bancos listados na B3 em ambiente de crise econômica. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 21(1), 100–119.
- Gelbcke, E. R., Santos, A. dos, Iudícibus, S. de, & Martins, E. (2018). *Manual de contabilidade societária* (3a. ed.). Atlas.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4a. ed.). Atlas.
- Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (2010). *Teoria da contabilidade*. Atlas.
- Infomoney. (2020). *As empresas mais lucrativas da Bolsa brasileira em 2019 e os maiores prejuízos*. <https://www.infomoney.com.br/negocios/as-empresas-mais-lucrativas-da-bolsa-brasileira-em-2019-e-os-maiores-prejuizos/>
- Iudícibus, S. de, & Marion, J. C. (2019). *Contabilidade comercial* (11a. ed.). Atlas.
- Kietzmann, F. (2017). *Provisionamento de processos judiciais e administrativos*. Almedina.
- Nascimento, C. S., & Arruda, J. A. de S. (2019). Nível de divulgação do passivo contingente: Um estudo nos bancos listados na BM&FBOvespa. *Revista Gestão em Análise*, 8(2), 46–60.
- Niyama, J. K., & Silva, C. A. T. (2013). *Teoria da contabilidade* (3a. ed.). Atlas.

DEBATE DE CENÁRIOS SOBRE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES EM BANCOS BRASILEIROS

- Oliveira, C. de. (2016). *Análise do cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes: Uma análise de empresas listadas na BM&FBovespa* (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Oliveira, S. J. B. de. (2016). *Divulgação do passivo contingente por instituições financeiras brasileiras* (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Federal do Ceará.
- Oliveira, R. B. de, Camelo, A. C. O., Daciê, F. do P., & Anzilago, M. (2020). Análise do *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes: Um estudo de caso das empresas aéreas listadas na B3 em relação à aderência ao CPC 25. *Ambiente Contábil*, 12(2), 1–24.
- Pinto, A. F., Avelar, B., Fonseca, K. B. C., Silva, M. B. A., & Costa, P. S. (2014). *Value relevance* da evidenciação de provisões e passivos contingentes. *Pensar Contábil*, 16(61), 54–65.
- Poeta, F. Z. (2012). *Julgamento relacionado às contingências: Mensuração e análise das expressões verbais de probabilidades relativas ao passivo contingente* (Dissertação de mestrado). Universidade de Santa Catarina.
- Rosa, C. A. da. (2014). *Panorama e reconfiguração das contingências passivas no Brasil* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Scarpin, E. J., Macohon, E. R., & Dallabona, L. F. (2014). Variabilidade dos índices de endividamento em relação à adição dos passivos contingentes na estrutura patrimonial das empresas listadas na BM&FBovespa. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 22, 3–14.
- Silva, A. A. da. (2019). *Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis* (5a. ed.). Atlas.
- Suave, R., Codesso, M. M., Pinto, H. de M., Vicente, E. F. R., & Lunkes, R. J. (2013). Divulgação de passivos contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBovespa. *Revista da Unifebe*, 1(11), 1–17.